

Ad 23006

Comissão reformula PDU de Vitória

Alteração na estrutura do conselho municipal, adaptação dos artigos referentes ao parcelamento ao solo à atual legislação federal e mudanças nos prazos de validade de projetos. Essas são as reformulações efetuadas na redação do Plano Diretor Urbano de Vitória (PDU), pela comissão de técnicos da prefeitura e do Instituto Jones Santos Neves, criada há 30 dias pelo prefeito Berredo de Menezes.

Desde o início da semana o prefeito já tem o plano reformulado. Contudo, somente segunda-feira é que ele analisará as alterações, juntamente com o seu secretário de Planejamento, José Fernando Destefani.

Destefani — responsável pela coordenação da equipe que reformulou a redação de alguns pontos do PDU — informou que o próximo encaminhamento a ser dado ao projeto, pelo prefeito Berredo de Menezes, é o de submetê-lo à avaliação de uma outra comissão, mas ampla. Será formada por técnicos da PMV, do Instituto Jones Santos Neves e do Instituto dos Arquitetos do Brasil — seccional do Espírito Santo —, além do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sindicon).

Quanto à participação de representações comunitárias na comissão ampliada, José Fernando Destefani afirmou que isso será decidido por Berredo de Menezes. O secretário, no entanto, já tem sua própria opinião a respeito. No seu entender, a representação comunitária pode polemizar o processo de discussão e isso acarretará demora na aprovação e, conseqüente aplicação do PDU.

Questionado se, independente da participação comunitária, o simples fa-

to do PDU ser submetido a uma comissão não causaria, da mesma forma, uma lentidão na aprovação do projeto, Fernando Destefani não discordou. Foi mais além, inclusive, dizendo que o plano está sendo debatido há quatro anos e sua implantação deve ser imediata, não podendo depender de muitas discussões.

“O plano não é estático. Portanto, acho que devemos, primeiro, colocá-lo em prática e, de acordo com a realidade da cidade, fazer as adaptações necessárias”, sustentou o secretário. Segundo apontou, durante os 30 dias de avaliação do projeto a comissão criada por Berredo apenas reformulou três pontos.

O conselho municipal, que irá fiscalizar a aplicação do PDU e apresentar sugestões de projetos de lei ao prefeito, além de interpretar a legislação, será constituído das secretarias de Planejamento, Obras, Ação Social e Serviços Urbanos, como representantes da PMV.

Foram mantidos a representação de três lideranças comunitárias, a serem indicadas pelas associações de bairro, a Federação das Indústrias do Espírito Santo, a Associação Comercial, o IABES e o Instituto Jones Santos Neves. Foram retiradas a representação da Fundep e do Escritório Municipal de Planejamento Integrado, porque foram extintos. A inclusão da Secretaria de Ação Social também é novidade.

Os artigos referentes ao parcelamento do solo urbano foram adaptados de forma a atender a atual legislação federal, e houve mudança nos prazos de validade dos projetos que darão entrada na prefeitura.